

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.178 , DE 2008

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para fixar prazo de validade de apresentação de certificado de conclusão de curso para fins de contratação.

Autor: Deputado LÉO VIVAS

Relator: Deputado EUDES XAVIER

I – RELATÓRIO

O Iustre Deputado Léo Vivas apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei em epígrafe com o objetivo de permitir que o documento provisório de conclusão de curso seja obrigatoriamente aceito pelos empregadores.

De acordo com a proposta, o empregado poderá comprovar sua qualificação para o emprego mediante apresentação de declaração provisória da titularidade do grau obtido durante o interstício de cento e vinte dias entre a outorga do grau e o acesso definitivo ao diploma.

No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A iniciativa pretende alterar a CLT para enfrentar um problema que, certamente, aflige e dificulta o acesso ao mercado de trabalho dos profissionais recém-graduados. Especialmente nos casos de graduação em ensino superior, sabemos que o tempo de espera pelo diploma, conta-se em meses.

A demora decorre do fato de que os diplomas de graduação em ensino superior no Brasil têm de ser validados pelo Ministério da Educação. O trâmite burocrático entre a escola que expede o diploma e o exame do Poder Público é o responsável por esse lapso temporal.

Nesse interregno, de fato, o graduado não tem alternativa, senão esperar. Durante a espera, muitas vezes, perde oportunidades de empregos que surjam e dependam de comprovação da graduação exigida.

Assim, as preocupações do autor são plenamente fundamentadas. Ocorre, porém, que a providência tomada, qual seja, a alteração da CLT, não produz o efeito jurídico desejado. De acordo com a Constituição Federal (5º, XIII), temos que:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, **atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer**; (Grifo nosso).

Assim, fica claro que a regra é a liberdade de exercício de profissões, o que implica dizer que o acesso ao mercado de trabalho não depende, juridicamente, da comprovação de determinada qualificação. Em outras palavras, o empregador pode, se quiser, contratar um jornalista, um analista de sistema, um publicitário, um vendedor, um tradutor etc., e aceitar qualquer documento que entenda idôneo ou mesmo, pode contratar, sem exigir qualquer tipo de prova de graduação. A exigência de certificação da graduação decorre de uma demanda do mercado de trabalho por profissionais formados.

Essa é a regra. A exceção fica por conta das chamadas profissões regulamentadas, como médicos, engenheiros e advogados, por exemplo. Nesses casos, existe uma lei própria que restringe o mercado de

trabalho aos graduados e exige também a inscrição no conselho de classe da categoria.

Dessa forma, entendemos que a proposta, apesar de muito bem intencionada, não produz efeito jurídico algum. Afirmamos isso porque as empresas que, hoje, estão exigindo diploma registrado para contratar empregados o fazem não em razão de uma obrigação legal, mas de uma política própria de recrutamento. Em razão disso, não faz sentido autorizá-los a aceitar um documento provisório de conclusão de graduação, quando eles, se quisessem, estão autorizados, pela própria Constituição Federal, a não exigir documento algum acerca da qualificação alegada pelo candidato a emprego.

Quanto às profissões regulamentadas, também é inócua a alteração pretendida na CLT, pois o exercício dessas profissões não depende só do diploma, depende também de inscrição no órgão de classe. A exigência de inscrição no conselho é uma previsão que vem inscrita em cada lei regulamentadora e estas serão sempre leis especiais em relação à lei geral.

Entendemos que os profissionais a quem mais interessa um regulamentação acerca da aceitação de documentação provisória de conclusão de graduação são aqueles que exercem profissões regulamentadas, pois, nesse caso, o exercício da profissão depende, juridicamente, de apresentação de diploma e de inscrição em conselho. Sem esses documentos o empregador não pode contratar e o trabalhador não pode trabalhar, sob pena de crime de exercício ilegal de profissão.

Como já demonstramos acima, a alteração pretendida na CLT não tem efeito jurídico, pois exceção feita às profissões regulamentadas, ninguém precisa de diploma registrado para trabalhar. A alteração pretendida na CLT teria apenas um caráter didático, lembrando aos recrutadores que, por ventura e apenas por excessivo apego à burocracia, exigem diploma registrado, a lei dispensa esse tipo de formalidade.

Somos contrários à elaboração de leis que irão simplesmente se sobrepor às já existentes, com o mesmo objetivo. Ainda mais nesse caso, quando se trata de alterar a CLT, um dos diplomas mais importantes do nosso sistema jurídico, que, seja pela sua já vetusta trajetória, seja pela sua importância histórica e social, deve merecer do legislador o

máximo de atenção e cuidado, para que não se coloque em risco a força e o prestígio que seus dispositivos conquistaram ao longo de sua história.

Em razão do exposto, somos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei n.º 4.178, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado EUDES XAVIER
Relator